

Para Couto, consulta popular é impossível

AGÊNCIA ESTADO

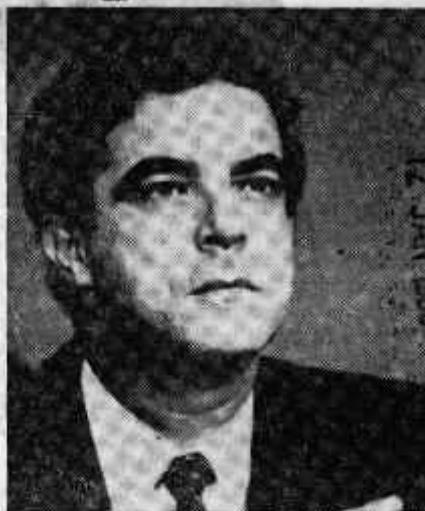
"O ideal seria ouvir o povo todos os dias, como se fazia na Grécia antiga, mas isso hoje é impossível." Esta foi a reação do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao comentar, em Brasília, a proposta do presidente da Fiesp, Mário Amato, de realizar um plebiscito para que a população se manifeste sobre eleições gerais, mandato presidencial e sistema de governo. Costa Couto acha impraticável a realização de uma consulta popular num país como o Brasil, hoje com 140 milhões de habitantes. Além disso, "o povo já manifestou sua vontade quando elegeu os constituintes, que estão decidindo o futuro do País". Segundo o ministro, o presidente José Sarney não fez nenhum comentário sobre a proposta de Mário Amato.

Na Constituinte, a sugestão provocou controvérsias. O senador Marco Maciel, presidente do PFL, admitiu o plebiscito sobre o sistema de governo, argumentando que "esse tema não foi objeto de debate na campanha que elegeu os constituintes". O líder do PTB, Gastone Right, considerou a proposta demagógica, concluindo que "o Amato quer ser candidato a prefeito". Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal, disse apenas que "é bom que o povo se manifeste". Já o deputado José Genoino, do PT, aproveitou para sugerir a ampliação da tese. "Queremos a consulta popular para ouvir a sociedade também sobre reforma agrária, estabilidade e direito de greve", disse.

No Rio, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, gostou da proposta de Mário Amato. Para ele, quanto mais o povo for chamado a opinar, melhor. Sua previsão sobre o resultado de um plebiscito a respeito do mandato presidencial reflete o que ele chamou de "aspiração nacional": quatro anos para Sarney. Em Porto Alegre, o governador Pedro Simon preferiu considerar todas as decisões políticas de responsabilidade da Constituinte. Mesmo assim, disse que a sugestão de uma consulta popular é extremamente válida "e até simpática".

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, também defendeu a Constituinte como o fórum ideal para a tomada de decisões, já que seus integrantes foram eleitos para definir as questões importantes do País. Caiado julga que, além de redundante, o plebiscito provocaria gastos dispensáveis.

Em São Paulo, o presidente da Bolsa de Valores, Eduardo Rocha Azevedo, afirmou que já existe "um



Costa Couto

pacto social contra o governo Sarney". Assim, o plebiscito é desnecessário. Azevedo, que também é coordenador do Movimento Democrático Urbano, revelou que a entidade vai "entupir" a mesa do multipresidente Ulysses Guimarães para pressioná-lo em favor das eleições gerais ainda este ano.

Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encontrou-se ontem rapidamente com Mário Amato na sede da Fiesp e disse-lhe que apóia a proposta. "Vamos ao plebiscito", garantiu, acrescentando que, se o próprio governo não encampar a sugestão, ela poderá ser organizada por lideranças de todos os setores da sociedade. Opinião diferente tem o 2º vice-presidente da Fiesp, Salvador Firace, para quem a consulta só terá validade "se for realizada pelo governo". Nilso Masini, vice-presidente da entidade, acha que o importante é a realização de eleições gerais já. Só assim seria possível reverter o processo de "profunda deterioração do País".

Para Fábio Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, o plebiscito é "benéfico". Mesmo assim, ele ressalva que cabe aos constituintes decidir sobre sistema de governo, mandato presidencial, eleições gerais e outras questões fundamentais.

O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abraham Szjaman, concorda com Meirelles. Em sua opinião, o plebiscito agora só iria enfraquecer a Constituinte, além de atrapalhar o final de seus trabalhos. Ele considera melhor a realização da consulta depois de promulgada a Constituição, quando seria resolvida "esta questão secundária do mandato presidencial".

12 JAN 1988 07AU PAUL
SÃO PAULO DE

Aut
X